

CDU 323.33(81)

**RESISTÊNCIA OPERÁRIA E ALIANÇAS DE CLASSE
(1930-1932)**

Cláudio Cavalcanti

Professor Sociólogo da Universidade
do Paraná

Qual foi, do ponto de vista da classe trabalhadora, o significado da Revolução de 1930? Extremamente controversa no que diz respeito ao seu conteúdo, essa questão encerra ainda expressões que são, elas próprias, objeto de dúvidas e desacordos. Para começar, nem todos aceitam o termo **revolução** para definir o movimento que, em outubro de 1930, colocou nas mãos de Vargas as rédeas do poder político. Há também quem faça restrições ao emprego da expressão **classe trabalhadora** ou **classe operária** quando aposta àquele conjunto desordenado e heterogêneo de assalariados urbanos que assistiram — mas não bestializados, diga-se a seu favor — à passagem das tropas revolucionárias que, quase em ritmo de festa, conduziram, cidade após cidade, o novo presidente de Porto Alegre ao Rio de Janeiro.

Uma autora tão exigente quanto talentosa, apoiando-se talvez em critérios semelhantes aos que levaram o francês Louis Couty a afirmar, no século XIX, que “no Brasil não há povo”, assim define as nossas massas trabalhadoras urbanas no momento da queda do que se convencionou chamar República Velha: “**Creio ser um equívoco tratá-las como se já constituíssem classe no sentido forte do termo, v. g., classe politicamente constituída em escala nacional, com suas entidades representativas já formadas, cristalizadas e capazes de definir linhas de conduta coletiva referidas às contingências concretas das disputas pelo poder. Neste período, é mais fácil — e correto — falar em trabalhadores fabris, trabalhadores em serviços, subempregados de todo tipo do que em classe operária, ou classe trabalhadora**” (1).

Por essa “escala exigente” — para usar a expressão de **Boris Fausto** — poderíamos ser levados a concluir que

também o **Estado brasileiro era mera ficção**. Os coronéis com seus currais eleitorais, o voto de cabresto, a fragmentação dos partidos republicanos, os caciques políticos, as eleições a bico de pena, a política dos governadores, a doce aliança do café com leite, a retórica gongórica de nossos oradores, o desrespeito à lei, a Constituição liberal, a "lei celerada", a "saga" dos tenentes, o "Cavaleiro da Esperança", tudo isso não representaria, aos olhos de um europeu civilizado, uma exótica mistura situada entre o sonho e a realidade? **A nossa classe operária deve ser medida nessa escala concreta, na relatividade de suas relações com as outras classes e com o Estado realmente existente**. Pois foi em meio a essa situação específica que ela se formou ao longo das décadas, adotando métodos particulares de resistência e de sobrevivência e elaborando seu próprio imaginário, no qual se entrecruzavam todas essas manifestações culturais.

Um artigo publicado em novembro de 1923 pelo jornal paulista **O Combate** oferece uma pista para a compreensão do problema: "Mas ponhamos os pauzinhos nos seus lugares, e convençamo-nos eu e o BOC de que o operariado paulista pode não ter consciência de classe, mas sabe fazer greves, pedir aumentos de salários e diminuição de horas de trabalho. Conclui-se, portanto, que o proletariado paulistano, esse proletariado que apesar de tudo sabe ler e lê de fato os jornais, pode não ter consciência de classe, mas, talvez mais do que eu e o BOC, tem muita consciência do que faz e do que fez (...)" (2).

As observações do jornalista que escreveu o artigo colocam as coisas em seu lugar. Segundo uma escala lukacsiana, ou mesmo leninista, os trabalhadores paulistas, que não votaram no BOC (Bloco Operário e Camponês) em 1928, podiam não demonstrar uma consciência política muito desenvolvida, mas sabiam como resistir aos patrões. Suas relações com estes eram, portanto, relações de tensão e conflito.

Os patrões, aliás, sabiam disso muito bem. Por esta razão tentaram domesticar a classe trabalhadora por meio da utilização de técnicas tão sofisticadas quanto o **fordismo**, o **taylorismo** e a **disciplina panóptica**, esta última sobretudo nas vilas operárias, onde era comum o toque de recolher e as bebidas alcoólicas estavam terminantemente proibidas. O Estado também o sabia. Daí por que produziu algumas pérolas do liberalismo caboclo, como a lei Adolfo Gordo, a "lei celerada", a deportação de "agitadores" para os seringais do Acre, e as listas dos "indesejáveis".

Essa combinação de medidas de racionalização, como o fordismo aplicado às circunstâncias brasileiras — isto é, sem o seu corolário norte-americano, o aumento dos salários —, com a disciplina e o terror policial, começaram a ser matizadas a partir do governo Artur Bernardes (1922-1926). Contraditoriamente, o presidente que governou sob estado de sítio permanente foi dos primeiros a tentar implementar medidas de proteção ao trabalho por meio de uma legislação que respondesse a algumas das reivindicações mais sentidas dos assalariados.

Segundo Leila Blass, na própria campanha eleitoral, Bernardes procurou aproximar-se do operariado urbano, acenando-lhe com algumas medidas, como a criação de tribunais mistos de conciliação entre o capital e o trabalho, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a garantia dos direitos de reunião e associação, a proteção ao trabalho de mulheres e menores, além de outras.

Muitas dessas medidas estavam destinadas, conforme o hábito brasileiro, a ficar no papel. Algumas até nem chegaram a isso, permanecendo para sempre na fase oral. Mas, do ponto de vista político, elas revelavam que os trabalhadores começavam a ser vistos como uma classe específica, com interesses próprios e, mais importante, apta a ser ouvida como interlocutor político. Bernardes não pretendia dar a ela nenhum lugar ao sol, mas anunciava para quem quisesse ouvir que já não se podia fazer política no Brasil sem o reconhecimento da existência e da importância desse personagem incômodo: a classe operária. Outubro, de qualquer modo, estava distante. Mas ainda se podia ouvir os ecos de 17.

Conta ainda Leila Blass em sua bela reconstrução da greve dos gráficos paulistanos em 1929 que Bernardes chegou a receber em Belo Horizonte uma caravana de sindicalistas que ali fora com o objetivo de discutir o “programa social” do futuro presidente. A imprensa operária, predominantemente anarquista, ridicularizou e condenou o encontro. Mas, uma vez na presidência, Bernardes cumpriu sua palavra — parcialmente, é verdade —, criando em 1923 a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, que foram contemplados também com a garantia de dez anos de estabilidade no emprego, e fazendo outras concessões, como a lei de Férias e a constituição do Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

A classe trabalhadora, mesmo sem um partido político de expressão nacional, fragmentada e carente de organismos

sindicais estáveis, numericamente inexpressiva, heterogênea e relativamente amorfa, começava a ser levada em conta como força política. A explicação para isso não deve ser procurada em razões de ordem estrutural. Evidentemente, certa concentração industrial e urbana, além da existência de grandes fábricas em algumas das capitais brasileiras são aspectos a serem levados em conta. Mas o que tornava verdadeiramente perigosa para as classes dominantes essa concentração era a combinação entre ela e a fragilidade das instituições, sobre a qual incidiam as manifestações de insatisfação de setores das classes médias e, sobretudo, o rompimento da disciplina no interior das Forças Armadas.

Tenentismo e Movimento Operário

Em 1904, surpreendido pela Revolta da Vacina, que quase pôs abaixo o governo de Rodrigues Alves, Rui Barbosa rotulou o movimento de "bodas adúlteras da arruaça com o pronunciamento", revelando a natureza do temor que, se não era permanente, costumava assustar as classes dominantes nos momentos de crise. Em 1917 e nos anos sucessivos, os trabalhadores demonstraram, sozinhos, sua insatisfação e combatividade, paralisando diversas capitais. Mas agora, entre 1924 e 1927, os levantes tenentistas traziam sempre a nota inquietante de tentativas de aproximação entre os jovens militares rebeldes e militantes de organizações "extremistas". Tentativas desse tipo ocorreram já no segundo 5 de julho, em São Paulo, quando tropas sob o comando do Coronel Isidoro Dias Lopes assumiram o controle da cidade, provocando a fuga do governador Carlos de Campos. O levante foi acompanhado de saques a armazéns e depósitos de víveres promovidos espontaneamente pela população pobre. Isidoro procurou coibir essas manifestações mas, ao mesmo tempo, chegou a incorporar a suas forças certo número de operários estrangeiros, "especialmente os mais experimentados no teatro europeu da Primeira Guerra Mundial" (3).

O "pronunciamento" de Isidoro durou, como se sabe, 23 dias, terminando a 27 de julho com a retirada das tropas rebeldes para as barrancas do rio Paraná, no oeste do Estado. A manobra, necessária diante do ataque iminente de forças leais ao governo central, foi efetuada de modo ordenado com a colaboração dos ferroviários. Dias antes, José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, havia solicitado às tropas federais que não bom-

bardeassem a cidade, "asseverando que a destruição do complexo industrial do Estado levaria os desempregados a levantar-se contra a ordem social: 'os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente'" (4). Terminado o levante, o jornal **O Combate** lamentou os assaltos aos armazéns, provocado, segundo ele, por uma "horda de piratas fardados, a que se juntou a matilha dos miseráveis farroupilhas (...)" (5). Era o retorno da velha ameaça de que falava Rui Barbosa, agora sob uma nova roupagem.

Essa foi uma das razões pelas quais o governo Carlos de Campos, uma vez reempossado, tão duramente reprimiu as organizações sindicais, que não tinham um envolvimento direto e declarado nos acontecimentos. Uma circular confidencial do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, com data de 14 de agosto de 1924, revela: "Temos a honra de informar a V. Sas., confidencialmente, que a polícia, aproveitando-se dos dias anormais que atravessamos recentemente, destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de clases operárias. Assim, o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em viã de organização, desapareceu, como desapareceu o grêmio dos sapateiros, que era bem organizado.

"Foi uma medida acertada, a nosso ver, e que nos põe a salvo de inquietações por via de futuras greves" (6).

No Rio de Janeiro, a simples notícia de que um levante estava em preparação, na mesma época do "pronunciamento" de Isidoro, levou a polícia a prender inúmeros militantes operários, além de fechar as sedes dos sindicatos e proibir a imprensa proletária. As tentativas de aproximação entre o "pronunciamento" e a "arruaça", entretanto, nem por isso arrefeceram. Os tenentes ainda em liberdade na Capital Federal se serviam de ativistas revolucionários como Antônio Cannellas, que havia aderido ao comunismo, e Everardo Dias, foragido de São Paulo depois do retorno de Carlos de Campos ao poder, para imprimir e divulgar seus manifestos. Um desses panfletos propunha, entre outras coisas, uma redução de 50% nos aluguéis, a reconstituição dos organismos políticos segundo representação profissional, a execução de leis trabalhistas, o fim do domínio dos latifúndios e a desapropriação das terras incultas e sua entrega a cooperativas camponesas. De acordo com John Foster Dulles, essas medidas "não refletiam as idéias dos chefes do levante, cujo programa apareceria em **5 de Julho**, um ano mais tarde" (7). Em todo caso, elas mostram que a questão da "representação profes-

sional" não era pura e simplesmente uma reivindicação de grupos fascistas ou corporativistas.

Um tipo de vinculação interessante entre "piratas fardados" e "farroupilhas miseráveis" verificou-se em Pernambuco, onde o tenente Cleto Campelo, morto em combate em fevereiro de 1926 no assalto ao quartel da cidade de Gravatá, utilizou largamente militantes comunistas em seus contatos com a Coluna Prestes e na conspiração para sublevar o estado. Aqui, como em outros lugares, o núcleo mais avançado dos tenentes parecia começar a perceber que o caminho para a derrubada do poder central não passava apenas pelos quartéis, passava também pelas fábricas. Cresciam assim as possibilidades de uma aliança entre os rebeldes militares e o movimento operário. Se tal aliança não chegou a se efetivar no segundo 5 de julho, em São Paulo, a própria derrota da sublevação levou alguns jovens oficiais a entreverem a necessidade de estabelecer apoios entre as massas urbanas. Convém lembrar ainda que o tenentismo não foi apenas um movimento militar. Havia muitos civis entre os rebeldes, alguns dos quais estavam habituados a dialogar com o movimento operário. Um deles era Maurício de Lacerda, que tinha trânsito livre tanto entre os militares rebeldes (ele chegou a ser considerado o representante de Prestes no Brasil, quando o "Cavaleiro da Esperança" deu por encerrada a aventura da Coluna) quanto, até certo momento, nos círculos de influência do Partido Comunista.

Comparados com os processos históricos que posteriormente modificaram a vida e a organização do país, com o fortalecimento do poder e do aparelhamento das Forças Armadas, com a centralização do Estado, em uma palavra, com o Brasil moderno, esses acontecimentos parecem coisa de adolescentes. Pequenas conspirações aqui e ali, correrias pelo sertão, choques com a polícia, audaciosas fugas das prisões, divulgação de manifestos que hoje nos parecem vazios de conteúdo e "rodados" em gráficas clandestinas com a cumplicidade de militantes comunistas e até de anarquistas, todas essas ações, que estimulavam a imaginação e os sonhos das massas urbanas — e não só da pequena burguesia — seriam insuficientes para abalar qualquer Estado moderno. A própria insurreição de São Paulo teria sido, hoje, sufocada no nascedouro. Mas em face de instituições tão instáveis quanto as da República Velha elas representavam uma ameaça real e geravam em seu interior a possibilidade concreta de ruptura; como aliás depois se viu em outubro de 1930.

A possibilidade de uma aliança com o operariado não era encarada de modo homogêneo pela totalidade dos tenentes. Homens como Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora não dispensavam o apoio dos trabalhadores, mas queriam-nos bem comportados e disciplinados. Outros, porém, aceitavam e até defendiam uma atitude mais "aberta", em que a participação proletária pudesse ter um significado que ultrapassasse os estreitos limites da ordem unida. Tal era o caso de Cleto Campelo, Siqueira Campos, Protógenes Guimarães, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes.

De mais a mais, maior ou menor, a presença operária nos acontecimentos em gestação dependeria dos termos da própria ação, não poderia ser prevista em seus aspectos concretos nem delimitada de antemão pelos chefes militares. Era uma questão que dependia da relação de forças, na qual tinha um papel decisivo a compreensão, por parte das lideranças operárias, do possível curso do processo como resultado da própria participação dos trabalhadores. O movimento que se avizinhava — e que era apenas anunciado pelas ações tenentistas e pelos contatos entre estes e os grupos operários organizados — não tinha um rumo predeterminado. Amorfo e sem contornos, desprovido de uma cor homogênea, assumia significações diversas para cada grupo e até mesmo para cada indivíduo que dele tomava parte.

Entre os setores operários, e sobretudo no interior do Partido Comunista, parecia haver, por volta de 1924, uma obscura percepção dessas potencialidades. Um dos primeiros a tentar dar a ela uma formulação clara foi Otávio Brandão que procurou definir a revolução a caminho como "revolução democrático-pequeno-burguesa", variação da revolução "democrático-burguesa" teorizada, entre outros, por Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. "O Brasil" — escrevia Brandão em seu **Agrarismo e Industrialismo** — "ainda é, no conjunto, um país medieval (...), semicolonial, feudal e semiburguês industrial (...)" (8). A revolução, portanto, deveria ser agrária (antifeudal) e antiimperialista. Suas forças motrizes eram o proletariado e as massas camponesas, mas ela só seria levada a cabo mediante uma ampla frente que incluísse também a pequena burguesia urbana e a burguesia industrial. Entretanto, era mister "impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões

mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal" (9).

Na prática, essa proposta teórica apontava para uma especificidade do processo social no Brasil — o estado de rebelião em que vivia parte da oficialidade das Forças Armadas, considerada por ela como representante da pequena burguesia e, mais tarde, "dos camponeses" — e para a necessidade de uma aliança entre o "partido do Proletariado" e "os revoltosos pequeno-burgueses de Copacabana e São Paulo". Na opinião dos dirigentes comunistas, o país caminhava a passos largos, depois dos episódios de 1922 e 1924, para uma "terceira revolta" e o proletariado, dirigido por "seu partido", deveria ter nela um papel hegemônico.

A ação do PCB antes de 1930

Em 1927, a suspensão do estado de sítio deu ensejo a que comunistas e anarquistas emergissem da clandestinidade. **A Plebe**, em silêncio forçado desde 1924, voltou a circular com periodicidade quinzenal em São Paulo. No Rio, um jornal da grande imprensa — o diário **A Nação**, também suspenso a partir de 1924 —, aderiu ao comunismo, tornando-se portavoz oficial desse partido. De posse do novo instrumento de "agitação e propaganda", o PCB lançou-se a um trabalho mais ambicioso de penetração entre as massas urbanas, constituindo no Distrito Federal o Bloco Operário, uma frente única eleitoral que chegou a eleger o deputado Azevedo Lima para a Câmara de Deputados. Convidado a participar, Maurício de Lacerda preferiu continuar atuando em faixa própria. Tanto ele quanto Azevedo Lima já eram políticos conhecidos, eleitos e reeleitos em períodos anteriores. Mas a adesão do segundo ao Bloco Operário revelava a aceitação, por parte de um segmento do eleitorado carioca e de uma liderança política, da orientação do Partido Comunista. No panorama da Primeira República isso estava longe de ser desprezível.

Tanto mais que, no ano seguinte, a experiência foi estendida a outros estados, agora com a denominação de **Bloco Operário Camponês** (BOC) que, nas eleições municipais, elegeu dois representantes — os comunistas Minervino de Oliveira e Otávio Brandão — para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Em São Paulo, o BOC não obteve o mesmo êxito eleitoral, mas conquistou uma importante tribuna na grande imprensa por intermédio do vespertino **O Combate**, onde passou a publicar seus comunicados e manifestos. As-

sociado a isso, a frente eleitoral dos comunistas tornou-se um centro de referência para outras forças políticas, dialogando em igualdade de condições com o Partido Democrático e os grupos tenentistas, que continuavam a conspirar um pouco por toda parte.

Para o PCB, o ano de 1927, com sua breve mas estimulante lufada de liberdade, foi pródigo em iniciativas. Além do êxito da frente eleitoral na capital da República, seus militantes conseguiram constituir a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, também conhecida como Federação Poligráfica. Embora esta última não fosse representativa de todos os trabalhadores gráficos do País e a FSRRJ não reunisse o conjunto do proletariado carioca, tendo de conviver, nem sempre amigavelmente, com a Federação Operária do Rio de Janeiro, de orientação anarco-sindicalista, as duas novas associações representavam passos importantes no sentido da organização de uma central sindical nacional, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB, ou simplesmente CGT), uma velha aspiração dos comunistas formalmente concretizada dois anos depois, em abril de 1929.

Também em 1927, Astrojildo Pereira — secretário-geral do PCB — realizou, na Bolívia, o primeiro contato oficial entre os comunistas e Luís Carlos Prestes, líder incontestado do tenentismo.

Todas essas **démarches** do PCB eram coisa nova na política brasileira. Até então, o espaço de resistência da classe trabalhadora tinha sido o espaço da fábrica, quando muito o espaço da rua. Segregada nesse estreito território, a ela não era permitido participar das grandes decisões políticas, a maioria das quais envolviam seu próprio destino. Durante anos, os anarquistas e os anarco-sindicalistas procuraram romper esses limites por meio de uma atividade cultural que abarcava diversos aspectos da vida operária, como a escola, o lazer cultural, as festas de confraternização, os piqueniques. Mas se essa atividade contribuía para formar uma cultura operária, concebida como negação dos valores da cultura burguesa e portanto como contracultura revolucionária, nem por isso promovia o rompimento do cerco a que se via submetida a classe em relação a outros grupos sociais. Os setores proletários sob influência anarquista preservavam intacta sua **identidade de classe**, mas o faziam à custa do isolamento, da mesma forma que certas seitas religiosas conservam suas tradições renunciando ao mundo.

A tese de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, de inspiração marxista mas tão cara aos anarquistas, não pode ser interpretada como uma elegia à solidão. A grande diferença entre os círculos militantes do proletariado e as seitas religiosas é que o reino dos primeiros é deste mundo. Esse vínculo com um universo que não é predominantemente operário, mas que existe para além da fábrica e das cinzentas vilas proletárias, torna permanente a possibilidade de acordos e alianças entre os grupamentos organizados da classe trabalhadora, ou mesmo da massa à revelia desses grupamentos, com outros setores passíveis de somar-se à resistência contra o inimigo comum, vale dizer, contra o sistema de dominação. Certas experiências anarquistas, como a Colônia Cecília, fracassaram rotundamente porque se pretendeu instalar o "reino da liberdade" num território intramuros, separado do resto da sociedade.

As providências adotadas pelo Partido Comunista nos três anos que antecederam a Revolução de 30 colocaram a classe trabalhadora num dos centros do imaginário político da época. Foi a partir do encontro com Astrojildo Pereira que Luís Carlos Prestes, ele próprio a maior figura mítica de um período em que a mitificação dos heróis era quase um lugar-comum, passou a viver um processo de revisão ideológica que o levaria a outra mitificação: a do proletariado e a de sua "missão" histórica, tornada tangível pela existência da URSS. Prestes era simbolicamente o cavaleiro sem medo e sem mancha, único homem realmente digno de empunhar o Santo Graal da Revolução, o Cavaleiro da Esperança que todos aguardavam. A classe trabalhadora não era indiferente a esse mito, o que não significa que ela renunciasse à luta por sua própria emancipação. Simplesmente, construía em seu imaginário um caminho possível, no qual havia lugar para mitos, e mesmo para personagens reais mitificados. Essas figuras mitológicas não eram deuses *ex machina*. Havia, na verdade, se instalado na complexa trama da vida dos trabalhadores, faziam parte já de suas representações, de sua resistência ao enfrentar a polícia, ao denunciar a "plutocracia", na vida clandestina, nos manifestos "rodados" em gráficas precárias de fundo de quintal.

Mas, se a classe trabalhadora, na expectativa de uma aliança com o Cavaleiro da Esperança nem por isso renunciava à resistência e à luta, o general rebelde parecia ter passado a imaginar que a simples invocação à "missão" do proletariado bastaria para decifrar todas as charadas da his-

tória. A assimilação de um marxismo requeitado no fogo incerto da III Internacional stalinista levou-o, no curto espaço de alguns anos, a fazer da classe operária um mito estático, destinado a dirigir, invariavelmente e em quaisquer condições, a revolução ainda a ser feita. Essa passagem, contudo, não se fez sem dificuldades. Para chegar à plena mitificação do proletariado, Prestes teve que ingressar no "terceiro período" da Internacional e sair dele purificado de seu personalismo, de suas inclinações pequeno-burguesas e de seu messianismo, isto é, de tudo aquilo que fizera dele o que ele realmente era.

O terceiro período da Terceira Internacional

Em 1928, realizou-se em Moscou o VI Congresso da Internacional Comunista. Lenin estava morto havia quatro anos e Trotsky acabara de perder a batalha em sua luta contra Stalin, que se consolidara no poder. Sentindo-se firme no comando do Partido Comunista soviético, que passou a ser o partido-guia do comunismo internacional, Stalin uniu-se a Bukharin, que formulou a tese do "terceiro período". A história do capitalismo mundial desde a grande guerra de 1914-18 foi dividida em três períodos. O primeiro, de crise revolucionária exacerbada, abarcaria o imediato pós-guerra, estendendo-se até 1921; as revoluções russa e alemã seriam seu momento culminante. Derrotadas diversas outras tentativas revolucionárias, como a da Hungria e a insurreição dos espartaquistas de Rosa Luxemburgo na Alemanha, o capitalismo passou à ofensiva, inaugurando o segundo período. Terminado este, tinha início o terceiro período, em que a intensificação das contradições do sistema capitalista era acompanhada pelo crescimento das forças revolucionárias.

O VI Congresso teve implicações práticas imediatas. Os partidos comunistas perderam de vez a pouca autonomia de que gozavam e passaram a ser meros aplicadores da política formulada pela burocracia dirigente da União Soviética. A tática de frente única com outras forças políticas foi abandonada. A **social-democracia** passou a ser **vista** não como um aliado possível, mas como "**braço esquerdo do fascismo**" e como o principal inimigo a ser atacado. Essa tática desastrosa possibilitou, entre outras catástrofes, a vitória eleitoral do nazismo em 1933, na Alemanha. No plano interno, o "terceiro período" foi acompanhado pelo desprezo aos intelectuais que militavam no movimento e pela **exaltação do "obrei-**

rismo”, concepção segundo a qual somente os operários deveriam dirigir o partido. No Brasil, esse processo culminou com a destituição de Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e outros intelectuais do Comitê Central do PCB e com o abandono da tática de frente única (abril/maio de 1930). Segundo Moisés Vinhas, “a campanha pela ‘proletarização’ chega a assumir conotações tais que, em reuniões de certos organismos, os intelectuais eram privados do direito de votar” (10). Foi ainda no “terceiro período” que se popularizou, por assim dizer, a sentença “quanto pior, melhor”.

Um fragmento de artigo publicado pelo jornal comunista **A Classe Operária** em abril de 1930 dá a medida dessa reação: “No partido, prega-se abertamente a teoria da ‘revolução democrático-pequeno-burguesa’, sob cuja cobertura ‘o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder’ (Camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileniniana e antimarxista nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder” (11).

No começo de 1930 parecia a todos evidente que uma grande crise se avizinhava. Em julho do ano anterior, Leôncio Basbaun, em nome do Comitê Central do PCB, tentou convencer Prestes, morando então em Buenos Aires, a lançar-se candidato à presidência da República na legenda do partido. Propôs, como base de entendimentos, um programa de sete pontos: nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; abolição das dívidas externas; liberdade de organização e imprensa; direito de greve; legalidade para o PCB; jornada de oito horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores.

Prestes recusou o convite e sugeriu “um programa de frente única, que, a seu ver, poderia aglutinar o povo e os revolucionários de 1922, 1924 e da Coluna (...): a) voto secreto; b) alfabetização; c) justiça; d) liberdade de imprensa e organização; e) melhoria para os operários.

“Instado para que indicasse um nome para encabeçar esse programa e a frente única, sugeriu inexplicavelmente o nome do antigo político baiano J.J. Seabra, cuja única qualidade — sabemos hoje — é estar morto” (12).

Prestes confirma o encontro, mas nega a indicação do nome do político baiano: “Não indiquei J.J. Seabra (...) nem teria por que indicá-lo. A verdade é que naquele mo-

mento os tenentes já começavam a se voltar para Getúlio. O que ocorre é que, no Brasil, quando a pessoa não se lembra, inventa" (13).

Seja como for, o certo é que, aparentemente, o Cavaleiro da Esperança não dera ainda o salto ideológico do qual todos ficariam cientes em maio de 1930. Nesse meio-tempo, a crise se adensou, engrossada pelo **crack** da Bolsa de New York. Em março de 1930, Getúlio perdeu a disputa eleitoral para Júlio Prestes. A conspiração alastrou-se então para todas as esquinas do país. Por essa época, o Partido Comunista, já em sua fase obreirista, dissolveu o BOC e passou a preconizar "a insurreição revolucionária das massas trabalhadoras, que tanto pode explodir por ocasião das eleições presidenciais, como por ocasião de qualquer greve importante ou de uma qualquer sublevação local de operários agrícolas, de camponeses e de desempregados" e a instauração de uma "república operária e camponesa baseada nos **soviets**" (14).

Foi em meio a esse processo de intensa crise e de sectarização do Partido Comunista que **Prestes aderiu ao marxismo, assimilando-o em sua versão stalinista e obreirista**. Exilado em Buenos Aires, cercado apenas pelos dirigentes do Secretariado Sul-americano da III Internacional, o antigo chefe da Coluna afastava-se pouco a pouco da realidade, elaborando não uma teoria mas um ponto de vista sobre a revolução muito próximo ao defendido pelo PCB. Duas vezes convidado por Getúlio Vargas para participar das articulações que levaram à Revolução de 30, duas vezes recusou. "Na verdade, na época do nosso encontro, minhas idéias já estavam impregnadas pelo marxismo e eu era bastante sectário" (15), reconheceria bem mais tarde. Ironia da história: Getúlio chegou a enviar-lhe 800.000 pesos uruguaios, cerca de 800 contos de réis, para a compra de armas. Prestes depositou o dinheiro num banco mas só o utilizou em 1935, para adquirir algumas das armas com que a Aliança Nacional Libertadora tentaria derrubar o governo de Getúlio.

As novas posições do ex-chefe da revolução, agora auto-excluído de um processo que poderia realmente levar a uma revolução, vieram a lume no famoso Manifesto de Maio, onde a Aliança Liberal de Getúlio Vargas é classificada como um simples agente dos interesses do imperialismo norte-americano, em luta contra os imperialistas ingleses aliados aos cafeicultores. Ao movimento aliancista, o documento opõe a necessidade de uma verdadeira revolução que levasse ao poder as massas operárias e camponesas.

Prestes era, naquele momento, o líder de maior prestígio no país. Antes das eleições, seu nome aparecia invariavelmente em primeiro lugar nas pesquisas de opinião, entre os preferidos à sucessão de Washington Luís. Sua definição em favor de uma revolução proletária, ou de uma revolução democrático-burguesa que levasse ao poder as massas trabalhadoras, repercutiu intensamente, dividindo o antes homogêneo bloco dos tenentistas.

O Partido Comunista também reagiu a ele, mas num sentido inteiramente inesperado. Em vez de perceber o avanço ideológico que representava, passou a atacá-lo por nada dizer sobre a "hegemonia do proletariado" na revolução e por omitir o "papel dirigente" do "partido da classe operária", isto é, do próprio PCB. Seguiram-se réplicas e tréplicas e as inevitáveis autocriticas, num processo que conduziu o antigo chefe da Coluna a uma crescente mitificação do proletariado e de "seu" partido, segundo a linha de exigências dos "obreiristas".

Toda essa polêmica serviu apenas para afastar Prestes e a direção do partido do processo de preparação do movimento revolucionário que eclodiria a 3 de outubro. **Enquanto eles se entretinham em uma interminável discussão doutrinária, a vida real criava situações que poderiam ser utilizadas no sentido de um verdadeiro aprofundamento das conquistas democráticas na crista da onda que deitou por terra o governo de Washington Luís.** Mas para que isso viesse a acontecer, era preciso que tanto Prestes quanto o PC deixassem de lado suas querelas doutrinárias e tomassem parte ativa no movimento.

Os trabalhadores em face da Revolução

Como reagiram as massas trabalhadoras à queda de Washington Luís? Que atitude tomaram elas nos primeiros anos do governo Vargas? A discussão desse tema assumiu desde o começo claras conotações ideológicas e políticas. Durante o Estado Novo, os ideólogos do regime despenderam um enorme esforço para construir um conjunto de mitos em torno de Getúlio, apresentado por Francisco Campos como o "homem do destino", o líder providencial que inaugurara a construção do Brasil moderno. Difundiu-se nessa época a imagem do ditador como "pai dos pobres" e protetor dos trabalhadores, assim como o mito da outorga das leis trabalhistas. Segundo este, os benefícios adquiridos com essas leis

pelas massas laboriosas não eram resultado da luta de classes e sim da generosidade, sensibilidade e percepção do nosso "homem do destino".

Essa imagem foi contestada desde cedo por anarquistas e comunistas. Entretanto, os primeiros, aparentemente, nunca produziram uma explicação cabal para o movimento de 30. Não estava na órbita de suas preocupações a luta pelo poder do Estado nem as disputas que dilaceravam as diversas facções burguesas e pequeno-burguesas. Assim, se a chegada do "homem do destino" ao poder mudava alguma coisa, o fazia para pior. Se antes as relações entre patrões e empregados eram reguladas apenas pelo mercado e pela balança de forças concreta, pertencendo as relações trabalhistas à esfera do direito privado, agora, a interferência do Estado tirava do trabalhador a liberdade de lutar e organizar-se de modo autônomo. Antes mesmo do movimento de 30, os anarquistas caracterizavam a lei de férias como uma medida fascista. De acordo com um autor que não pode ser acusado de antipatia para com os libertários — Kazumi Munakata —, estes agiram coerentemente, ao decidir "ignorar as leis trabalhistas, em particular a lei de férias, denunciando-a como um logro da burguesia e do Estado para desmobilizar os trabalhadores. Não reivindicaram, não reivindicam, nem querem as férias. E, com esta postura, obviamente vão perdendo terreno, que aos poucos é ocupado pelos comunistas" (16). Essa atitude foi a base da política dos anarquistas e anarco-sindicalistas — pois eles, de qualquer forma, tinham uma — durante os primeiros tempos do governo Vargas.

Ao chegar ao poder, Getúlio procurou agir rápido. Nem ele nem os grupos oligárquicos que o apoiavam — representados por homens como Antônio Carlos, Artur Bernardes, Batista Luzardo — sentiam-se inclinados a realizar transformações profundas e globais na estrutura social do país. Também estavam dispostos a ampliar o espaço da cidadania no sentido de promover a participação das camadas populares nos centros de decisão. Sua preocupação foi, desde o início, "normalizar" a situação o mais rápido possível — contra a opinião dos tenentes que queriam o prolongamento da ditadura do Governo Provisório —, de modo a impedir que a instabilidade política criada pela revolução desse lugar a transbordamentos sociais. O pior que poderia acontecer, para eles, é que o questionamento das instituições políticas levasse à desestabilização das instituições sociais. Era preciso, portanto, conter o entusiasmo do "populacho" e canalizá-lo

pára uma solução “moderada”. De nenhuma forma poder-se-ia admitir que a revolução evoluísse para desdobramentos radicais, plebeus, e muito menos proletários. Tais desdobramentos não correspondiam a simples temor por fatos mais imaginários do que reais. Eles existiam como possibilidade concreta pela presença dos tenentes — e sobretudo de certos tenentes imbuídos de idéias esquerdistas — nos órgãos de governo e pela participação das classes populares no processo político. A frase tantas vezes citada de Antônio Carlos — “Façamos a revolução antes que o povo a faça” — resume de forma lapidar as intenções de boa parte da liderança do movimento ao empunhar as armas.

A inquietação premonitória de Antônio Carlos era compartilhada por outros conspiradores da ala conservadora. Em agosto de 1929, Lindolfo Collor, futuro ministro do trabalho, advertia Getúlio que a “intromissão de elementos extremistas na coligação e a crescente exacerbação dos ânimos (...) tende a conduzir-nos a uma situação em que talvez nos seja impossível evitar a desordem material (...). Vencedora (a revolução), quem terá vencido? Nós, ou os revolucionários de escala? Quem recolherá o fruto da vitória material: tu, ou Luís Carlos Prestes? Cito esse nome como símbolo” (17).

Prestes simbolizava realmente, fosse para os grupos conservadores que participavam da conspirata, fosse para as classes laboriosas, a certeza de que a revolução poderia tomar um curso mais profundo e democrático. Mas, uma vez desencadeada a tempestade, mesmo sem a presença das organizações militantes do movimento operário e do chefe da Coluna, quem garantia que fosse possível contê-la no molde pré-fabricado da Aliança Liberal? Uma vez no poder, Getúlio devia agir rapidamente, tomar algumas medidas reformistas, mas ao mesmo tempo reprimir os “excessos” e colocar os militantes operários — esses eternos “pescadores de águas turvas” — em “seu lugar”. Disso encarregaram-se personagens como Batista Luzardo que, como chefe de polícia da nova ordem no Rio de Janeiro, passou a reprimir os comunistas e certas manifestações independentes do proletariado.

As medidas mais repressivas do grupo de Vargas pareciam confirmar os prognósticos dos anarquistas. Pareciam também dar razão aos comunistas, que analisaram o movimento de outubro segundo o esquema das disputas imperialistas. Getúlio, diziam eles, não era senão um agente do imperialismo norte-americano em conflito aberto contra os interesses do imperialismo inglês, até então dominantes no

Brasil. Por isso, o **Bureau Político** do PCB chamava os "elementos pessoalmente sinceros que participaram do golpe de Estado da Aliança Liberal, pensando ingenuamente servir à causa revolucionária" a romper com a Aliança, declarando-a fascista e imperialista (18).

A grande maioria dos trabalhadores, contudo, parece ter-se orientado de modo diverso. Todos os testemunhos da época indicam que, embora não estivessem nos planos do Estado-Maior do movimento, os trabalhadores procuraram se mobilizar e tomar partido na luta contra Washington Luís e contra tudo o que, para eles, era representado pelo obstinado oligarca paulista. Essa mobilização não foi organizada por nenhuma tendência política. Não interessava a Getúlio. Os tenentes confiavam mais nos planos militares do que na ação popular. O Partido Comunista opunha-se ao movimento, assim como os anarquistas. No entanto, por todas as cidades por onde passou, Getúlio Vargas foi recebido entusiasticamente por grandes multidões. Em São Paulo, o povo saiu às ruas, depredando casas lotéricas de propriedade de figurões perrepistas e as sedes dos jornais **O Correio Paulistano** e **A Gazeta**, partidários de Washington Luís.

Aureliano Leite, em depoimento a Boris Fausto, conta como foi a recepção a Getúlio na Estação Sorocabana de São Paulo: "Na realidade, seria difícil descrever com exatidão histórica o entusiasmo do povo, chegou-se a temer fosse a sua pessoa vítima dos agrados frenéticos da massa que entupia as plataformas e salões (da estação ferroviária) quando ele tentou apear do vagão. Pequenino, de pernas curtas, de apelido 'Petição', chegou a voltar para o carro, pálido e trêmulo" (19). Esse relato é confirmado por outras testemunhas, como Paulo Nogueira Filho.

No Rio de Janeiro, conta Otávio Brandão, "a 24 de outubro de 1930, a multidão invadiu a Polícia Central. Devastou-a. Atirou à rua uma quantidade colossal de materiais aí encontrados. (...) Seus dirigentes (isto é, da Polícia Central), como Pedro de Oliveira Sobrinho, surrador de operários, já tinham fugido covardemente. (...) A 24 de outubro, a massa popular sublevada tomou de assalto a Casa de Correção e libertou os presos políticos. Era uma hora da tarde. Fui o primeiro a sair. Mas só fiquei 27 horas em liberdade (...). Muitas camadas operárias marcharam a reboque de Getúlio, sem nenhuma consciência de classe. Uma grande desgraça nacional" (21).

Segundo John Foster Dulles, “depois dos sucessos iniciais da Aliança Liberal, os comunistas imaginaram que a perspectiva, para o país, seria a de uma longa guerra civil, semelhante à situação da China; previram que, na continuação da luta interimperialista, os ingleses não permitiriam que o imperialismo norte-americano os derrubasse do poder central sem opor a isso uma resistência violenta. (...) Mas, ao contrário da longa guerra civil prognosticada pelos comunistas, a revolução da Aliança Liberal converteu-se em avassaladora marcha popular pelas avenidas do Rio de Janeiro, com as multidões em delírio aclamando Vargas de forma sem precedentes. Cristiano Cordeiro comentou que o número de comunistas a passarem para o lado da revolução de 1930 foi de tal magnitude que causou cisão e desorganização nas fileiras do Partido” (22).

Mas foi no Recife que o movimento assumiu formas “genuinamente populares”, na opinião de Barbosa Lima Sobrinho: “No Rio Grande do Sul, em Minas, na Paraíba eram o governo e a tropa que agiam, embora secundados por elementos civis. Em Pernambuco, fora apenas o povo, quase que por si só, com três ou quatro oficiais destemidos, que souberam tirar partido da descoordenação e da inércia do adversário: o capitão Muniz de Faria, o capitão Costa Neto, os sargentos Heli e Eládio. Custara a luta 38 mortos. Nos hospitais recolhiam-se perto de 120 feridos” (23).

A participação popular em Pernambuco é assim descrita por Agildo Barata, um dos lugares-tenentes de Juarez Távora, comandante militar da revolução no Norte e Nordeste: “Para citar apenas um desses grupos, vou referir-me ao grupo do professor Luiz de Góis. Este cidadão era professor de uma das Faculdades de Recife e tinha por isso as honras do posto de coronel do Exército. Fardou-se e arranjou (não sei como) umas duas ou três metralhadoras de mão, organizou um grupo de 10 a 15 estudantes e passou a tirotear certos locais onde se instalaram ou poderiam vir a instalar-se focos de resistência governista: Palácio do Governo, Chefatura de Polícia, jornais reacionários, residências de chefes governistas, etc.. Como o grupo do professor Luiz de Góis, outros espontaneamente se organizaram, de um e outro lado e se puseram a agir” (24).

A insurreição no Recife, ao contrário do que aconteceu na Paraíba, onde estavam Juarez Távora, Agildo Barata e Juraci Magalhães, não contou com um comando unificado. De acordo com o plano rebelde de operações, a capital pernambu-

cana deveria ser ocupada por tropas enviadas de João Pessoa, que teriam sua ação facilitada pela sublevação de alguns quartéis. Falhas de execução, entretanto, mudaram o curso dos acontecimentos. Um dos grupos rebeldes, comandado pelo capitão Muniz de Farias (ou Faria) foi repellido ao tentar tomar de assalto uma das unidades da Polícia Militar. Seu comandante resolveu então tentar a sorte em outro lugar e atacou o quartel da Soledade, onde havia uma grande quantidade de armas e munições.

“Tomado o ‘Quartel da Soledade’” — descreve Agildo Barata —, “Muniz de Farias rapidamente organizou suas forças e seu grupo passou a ter uma importância que não tivera até então. Era já um pequeno destacamento de cerca de 30 a 50 homens com um comandante e um auxiliar (Muniz de Farias e Pessoa) resolutos, imaginosos e dispostos a conquistar a vitória. Enfim, a Revolução em Recife passou a ter um comandante, ainda que dominando apenas uma limitada zona da cidade” (25).

O imaginoso capitão estava, assim, diante de uma situação inusitada. Dispunha de poucos soldados, mas “tinha armamento e munição para armar e municiar um regimento, ou talvez mais de 5.000 homens (...)” (26). Como resolver o dilema?

“Começava a raiar a madrugada do dia 4 de outubro. Os primeiros bondes começavam a trafegar, apinhados de trabalhadores que rumavam para o trabalho. Muniz de Farias fazia os bondes pararem e intimava seus passageiros a descerem. Convidava-os a participar da revolução. Aos que aceitavam, ele dava um fuzil e uma cartucheira com alguns pentes de bala.

“Passava a vigiá-los de perto e, depois de algumas ações, escolhia dentre eles um improvisado comandante e atribuía-lhe uma missão” (27).

Eis um relato vivo de como uma ação revolucionária pode ser organizada no calor do combate a partir da criatividade de um único homem e da disponibilidade de revolucionários em potencial dispostos a arriscar a vida. Note-se que não houve nenhuma preparação prévia dos trabalhadores que participaram da luta. Muniz de Farias simplesmente parava os bondes e convidava amavelmente os operários — como se se tratasse de uma festa! — a tomar parte em um movimento que não era deles e do qual todos podiam sair mortos ou prisioneiros. E aqueles homens, em cujos planos de vida não estava absolutamente tomar parte em uma revo-

lução naquela manhã de sábado, não pensaram duas vezes.

Quantos operários participaram desses combates? Agildo Barata não diz nada sobre isso. Ausente do Recife, ele marchava àquela hora matinal pela estrada de João Pessoa. Muniz de Farias — que reapareceria a seu lado, alguns anos mais tarde, na Aliança Nacional Libertadora —, ao que parece, não lhe passou essa informação. Mais do que o número, entretanto, importa destacar que, se um grupo de trabalhadores escolhidos ao acaso, sem nenhum aliciamento prévio, sem aviso e sem preparação, se dispôs a pegar em armas sob a bandeira da Aliança Liberal, é que, para uma parcela muito ampla, talvez até mesmo para a grande maioria dos trabalhadores urbanos, a Revolução de 30 não era meramente uma construção ideológica ou uma manobra fascista de agentes do imperialismo. Os operários — como diria **O Combate** — podiam não ter consciência de classe, mas sabiam onde estavam seus inimigos e onde seus aliados.

A pretensão de fazer da Revolução de 30 o “dia primeiro da criação” — para usar a feliz expressão de Maria Hermínia Tavares de Almeida —, já foi objeto de análises de diversos autores. Em 1979, um de nossos historiadores mais originais fez a essa pretensão e aos estudos que ela suscitou uma arrasadora “crítica da crítica crítica”, abordando o período imediatamente anterior ao ano de 1930 de modo absolutamente novo. Com seu trabalho, publicado mais tarde sob o título de **O Silêncio dos Vencidos**, Edgar De Decca contribuiu de forma significativa para abrir novos caminhos à historiografia de todo o período que vai da Primeira República à chamada “era de Vargas”.

Vencidos e Vencedores

De um modo que talvez pudesse parecer apressado, ele rejeita tudo o que foi dito até então e procura desmontar peça por peça o que lhe parece ser a mistificação das mistificações: a idéia de revolução de 30. Não que ele negue o acontecimento. O que ele se propõe demonstrar é que essa idéia encobre o verdadeiro processo histórico, o processo da luta de classes, que se desenvolveu por trás dos bastidores, enquanto o palco era ocupado por atores “fantasmagóricos”, como as “oligarquias” e os “tenentes”. Com essa análise, De Decca empenhou-se em resgatar a prática política do proletariado, oculta sob a espessa cortina de fumaça de “fatos”

adrede construídos com a finalidade precípua de apagá-la da memória histórica das próprias classes dominadas. Daí o título de seu livro, que alude aos verdadeiros “vencidos” em 1930, isto é, não os pró-homens do PRP, mas a classe trabalhadora.

Se essa definição de vencedores e vencidos — que subverte a tradicional dicotomia entre os revolucionários de 30, portadores da modernidade, e os “carcomidos”, lídimos representantes do passado — já é por si só inovadora, o que não dizer da periodização proposta pelo historiador? Pois seu livro nos fala de 1930 sem se referir a 1930. Singularmente, o ano decisivo para De Decca, o ano que ele elege para sua análise, é 1928. É nesse momento, explica-nos ele, que a luta de classes se explicita em toda a sua agudeza no âmbito dos discursos. Em 1928 é fundado o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), agrupando a burguesia industrial, antes atomizada no interior da Associação Comercial. É também o ano em que o Bloco Operário e Camponês surge em diversos estados, com particular ênfase em São Paulo e no Rio de Janeiro. É, finalmente, o momento em que “todos os grupos políticos que se colocaram na perspectiva da revolução — com propostas divergentes e diferentes — aparecem unidos em torno de um **acordo tácito** capaz de imprimir uma direção política à luta de classes através de dois delineamentos básicos: a luta contra o fantasma da oligarquia e a aceitação de Luís Carlos Prestes na liderança do movimento de oposição” (28).

Um dos problemas dessa abordagem, contudo, é que, ao privilegiar os discursos emitidos pelos diversos personagens históricos, ela arrisca-se a “tomar a nuvem por Juno”, isto é, a confundir as propostas contidas em tais discursos com a realidade histórica, sem levar em conta não já a sua aplicabilidade, mas a mobilização dos grupos sociais no sentido de levá-las à prática. “Ao enfatizar a estratégia de análise que torna os diversos discursos sobre a revolução como momento privilegiado para se apreender a produção das relações históricas em torno de trinta” — escreve De Decca —, “não pretendo remetê-los todos a uma ‘realidade histórica’ que antecede esses discursos (...). Pelo contrário, o que está em questão é o engendramento das relações históricas a partir da multiplicidade de representações que as classes sociais elaboram na luta, produzindo aí um sentido da história que não está definido a partir de nenhuma ‘realidade’ preexistente” (29).

Essa proposição tem um endereço certo. Ela se antepõe de modo enfático ao reducionismo de tipo "estruturalista" que, ao analisar a ação das classes sociais, começa por indagar sobre sua força numérica, sua inserção da "estrutura sócio-econômica", seu grau de concentração industrial, etc. etc. Por isso considero-a correta de um ponto de vista teórico geral, como premissa metodológica. Mas ela tem que ser aplicada com certo cuidado às situações históricas concretas. No caso do Brasil no final dos anos 20, não se pode deduzir, a partir da tese da revolução democrático-burguesa proposta pelo BOC, que o proletariado estivesse, naquele momento, em condições de exercer a hegemonia do **processus**. Essa dúvida não é imposta pela "fraqueza numérica" da classe operária, ou por ser ela apenas "uma pequena mancha num oceano agrário", mas por diversos outros fatores, alguns de importância decisiva em relação às formas adotadas pela ação política dessa classe. Refiro-me, em primeiro lugar, ao grau de adesão dos trabalhadores às propostas do BOC.

Em 1928, o BOC conseguiu eleger dois vereadores no Rio de Janeiro, nada obtendo em São Paulo e nos outros estados onde se apresentou. Dois anos depois, os poucos votos recebidos pela candidatura de Minervino de Oliveira à presidência da República confirmaram a falta de penetração eleitoral da legenda do PCB. Foi, aliás, em meio a essa situação, que o partido resolveu extingui-la. O fracasso eleitoral, posteriormente reconhecido pelos próprios comunistas, não teve como causa apenas a tradição anarco-sindicalista de segmentos do proletariado paulista (o que, diga-se de passagem, já seria suficiente para relativizar a afirmação de que o BOC seria o "partido da classe operária"). Deveu-se também, em parte, à forma sectária e **ultimatista** com que o Partido Comunista aplicava sua política, forma que se tornou ainda mais rígida a partir de 1928, com o mergulho cego no "terceiro período". Um fragmento de texto do BOC publicado em **O Combate** é esclarecedor a esse respeito: "Não nos cansaremos de chamar a vossa atenção para a enorme responsabilidade que vos pesa sobre os ombros (o texto se dirige diretamente aos trabalhadores). Tendes um partido e é a vós unicamente que compete sustentá-lo. Se amanhã fracassar o esforço da vanguarda não tereis o direito de protestar (...). Sereis, sim, os únicos culpados, pois a vanguarda nada pode fazer sem o vosso apoio (...), sem o concurso de vossa atividade. O pro-

letariado paulista tem permanecido numa inércia verdadeiramente lamentável (...)" (30).

Esse tom de ultimato não era certamente a melhor maneira de convencer os trabalhadores e não há razão para imaginar que alguns operários pelo menos não o considerassem de modo crítico. Vale lembrar que os anarquistas não eram imunes à adoção de atitudes semelhantes, o que talvez tenha contribuído para que a massa de trabalhadores nunca tenha se integrado plenamente àquelas propostas libertárias que mais diretamente diziam respeito à sua vida cultural. Quanto aos comunistas, muito de sua propaganda estava vazada em termos autoritários como o do artigo citado.

Minha principal objeção à proposição metodológica de De Decca, entretanto, não é esta. O que me parece ser o calcanhar-de-aquiles dessa premissa em sua transposição para o caso brasileiro em foco é justamente o que ela tem de mais sólido e inovador enquanto recurso do método. "O que está em questão é o engendramento das relações históricas a partir da multiplicidade de representações que as classes sociais elaboram na luta (...)" (31). Essas representações são múltiplas. **O discurso do BOC era, para os trabalhadores, apenas uma delas. Não abarcava todo o imaginário desse ator coletivo, nem dava conta das inúmeras formas de percepção do processo que tinham lugar no interior dessa camada social.**

O segundo grande problema da análise de De Decca é a sua desconsideração do movimento de 30, lançado por ele ao lugar reservado às grandes mistificações da história. Seu texto se detém, como foi dito linhas atrás, no ano de 1928, embora avance também até a greve dos gráficos paulistas em 1929. Alguns anos posteriores a 1930 são igualmente incorporados, mas tão-somente como desdobramentos dos conflitos do ano-chave. Entretanto, essa escolha, que poderia ser extremamente esclarecedora das relações entre as classes sociais e entre estas e o Estado a partir de 1930, impede que o Autor demonstre convincentemente o que constitui o núcleo de sua tese, a saber: que os trabalhadores, e não as "oligarquias", foram os vencidos do grande confronto que sacudiu a República no limiar da década de 30.

Não há indícios claros em De Decca de que a classe operária tenha sido derrotada em 1928-29 ou mesmo em 30. Se a liquidação do BOC foi obra do próprio BOC, isto é, do Partido Comunista, o fracasso — aliás parcial — da greve dos gráficos de São Paulo não pode ser considerado uma

derrota completa e inapelável dos trabalhadores. Pode-se argumentar que a derrota a que se refere De Decca ainda estava por vir. Nesse caso, seria preciso analisar a conjuntura criada a partir de outubro de 1930 e considerar a ruptura — para não dar-lhe o título nobilizador de Revolução — operada pelo movimento da Aliança Liberal. Ora, de que modo se comportaram os trabalhadores nesse momento crítico e nos anos subseqüentes?

Vimos que, em outubro de 1930, alguns operários tomaram as armas para lutar ao lado das forças getulistas. Eram poucos, é bem verdade, e isso aconteceu em apenas uma cidade do Brasil. Constitui, portanto, um dado insuficiente para apoiar a afirmação de que o proletariado participou do movimento. Entretanto, a maneira pela qual esse pequeno núcleo de trabalhadores pernambucanos entrou em combate permite supor que camadas mais amplas da classe operária eram ativamente simpáticas a ele. Tal impressão parece confirmada pelas grandes manifestações de massa que envolveram o trajeto de Getúlio entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro, manifestações que foram acompanhadas, em alguns casos, de ações populares que fugiam ao controle das chamadas “autoridades”, fossem estas as do governo de Washington Luís ou as que começavam a ocupar os postos dirigentes em nome da Aliança Liberal.

Esse comportamento de grande parte das massas trabalhadoras não configura um sentimento de derrota. Pelo contrário, aderindo à revolução, elas estavam manifestando a crença em uma vitória que era sentida não apenas como triunfo sobre os cafeicultores e seus representantes, mas também como um golpe nos interesses dos grandes industriais e, portanto, em seu inimigo de classe. Que essa crença correspondesse ou não à verdade dos fatos que se seguiram é uma questão que só a análise dos confrontos e conflitos que se verificaram entre 1930 e 1935 pode deslindar. Mas, para a compreensão dos imaginários da classe trabalhadora, é importante considerar seu estado de espírito no momento da ruptura. Imagine-se, por exemplo, o impacto que deve ter causado, nesse imaginário, a prisão de Roberto Simonsen, ou a entrega do governo de São Paulo a um egresso da Coluna Prestes, o plebeu João Alberto, execrado pelas senhoras piedosas e pelas elites do estado.

João Alberto, como se sabe, ao assumir a interventoria de São Paulo, concedeu aos operários um pequeno aumento salarial e aos comunistas o direito de atuar legalmente. A

segunda medida não satisfez o PCB, cujo **bureau político** "divulgou uma nota em que condenava o decreto de João Alberto (...). Classificou Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros (considerados responsáveis, por João Alberto, pelas atividades dos comunistas no estado) de renegados e elementos pequeno-burgueses, 'alguns dos quais já há muito expulsos do Partido'". A nota do PCB assim se referia aos três "renegados": "Enquanto a Aliança Liberal reprimia violentamente o movimento operário e camponês, jogava no xadrez os militantes proletários e fuzilava os trabalhadores que se recusavam a derramar seu sangue por eles, esses renegados do comunismo participavam ativamente dos estados-maiores dos generais reacionários, prestando-se a manobras miseráveis dos generais aliancistas como, por exemplo, a criação do partido comunista 'legal' em São Paulo, com o qual os Joões-Albertos queriam enganar as massas" (32).

Essas posições do PCB não contribuíam, decerto, para tornar as coisas mais claras para as massas. O mesmo acontecia com a política dos anarquistas. Se para as classes trabalhadoras algumas das medidas adotadas pelo Governo Provisório representavam um avanço, como conciliar essa percepção com as explicações propostas pelos grupos do movimento operário? Tal contradição iria se aprofundar nos anos seguintes, contribuindo para o desfecho de 1935, este sim, uma autêntica derrota para o proletariado.

É importante notar que, a despeito das manifestações de apoio a certas iniciativas do governo, a grande maioria dos trabalhadores nunca aderiu cegamente à política getulista. Uma certa atitude crítica sempre foi por eles observada no imediato pós-30. É bem provável que as advertências de Prestes, que afinal não tomara parte na revolução, e que as reservas dos comunistas e anarquistas repercutissem entre as camadas mais próximas das massas populares. Mas estas sabiam discernir por si sós o que era bom e o que era mau na nova ordem de coisas. Daí o porquê de o Ministério do Trabalho nunca ter conseguido constituir um movimento getulista importante entre os trabalhadores. Isso só iria acontecer no final do Estado Novo, quando a situação era completamente diferente.

Na conjuntura de 1930-35, a atitude das classes trabalhadoras em relação ao governo parece ter sido de simpatia independente. Aceitavam e acolhiam como conquista sua a

legislação trabalhista. Mas não renunciavam ao direito de fazer greves para impor sua efetiva aplicação. Na verdade, o movimento de 30 não chegou a significar uma interrupção em suas experiências de luta. A greve dos gráficos de São Paulo, em 1929, havia agitado uma questão fundamental para o exercício da democracia naquele momento: a do reconhecimento dos delegados sindicais e das comissões de empresa. Essa reivindicação central reaparece com o mesmo vigor nas paralisações posteriores a 30, acrescidas agora de novas exigências, relacionadas com o cumprimento da legislação trabalhista. Ao contrário do que previam os anarquistas, a lei de férias, assim como os outros dispositivos de proteção ao trabalho, não contribuiu para a desmobilização dos trabalhadores. Como revela o levantamento de Maria Hermínia para São Paulo, a maior parte das greves do período exigiam a plena aplicação das leis trabalhistas.

Ao mesmo tempo, a legislação sindical não foi aceita sem resistências. É certo que a maior parte dessa resistência provinha das lideranças sindicais, quase todas ligadas aos anarquistas e aos comunistas. No entanto, o aparecimento nas greves da reivindicação de extinção da carteira de trabalho revela que a classe trabalhadora acompanhava suas lideranças pelo menos em aspectos dessa resistência. Outra manifestação que aponta na mesma direção é — como salienta Ricardo Antunes no seu **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil** — a lentidão com que os sindicatos “acatarem” as exigências do governo no que se refere à sua oficialização.

A atitude crescentemente crítica de setores das massas populares em relação ao Governo Provisório já era anunciada, em novembro de 1930, por uma carta de funcionários públicos da Repartição de Águas e Esgotos da Secretaria de Viação de São Paulo, protestando contra um atraso de três meses no pagamento dos salários: “Quando caiu o nefasto governo do sr. Júlio Prestes, nós exultamos de alegria, porque sentíamos surgir uma nova era de trabalho, justiça e progresso. Mas, embora seja cedo para julgar os fatos, parece que tudo continua na mesma” (33). Essa carta indica o estado de espírito de segmentos das classes laboriosas que, compreendendo a importância das mudanças ocorridas (“sentíamos surgir uma nova era de trabalho”), avaliavam criticamente a permanência na chamada República Nova dos vícios típicos do regime deposto (“tudo continua na mesma”).

Os Anos Críticos

Um ano mais tarde, em outubro de 1931, João Cabanas fazia uma reflexão semelhante: "Faz um ano (...) que a Revolução venceu. Não foi uma revolução comunista, nem filosófica, nem social; não foi coisa alguma (...); a intromissão de políticos e politiquieiros, habituados a (...) praxes degenerativas, transformou o nosso gesto de rebeldia em questão de política baixa, no sentido de apenas destronar os que estavam por cima" (34).

Havia, portanto, insatisfação no interior dos vencedores. No mesmo ano da declaração de Cabanas, Maurício de Lacerda rompia com o governo de Vargas, seus irmãos Paulo e Fernando (ambos comunistas) eram presos e seu livro, emblematicamente intitulado **A Segunda República**, confiscado. Nesse momento, não estivesse o Partido Comunista imobilizado pelo próprio sectarismo, teria sido possível organizar uma ampla frente que aglutinasse todos os descontentes que criticavam a revolução "pela esquerda". Isso viria a ser feito apenas em 1935, quando Getúlio Vargas já era senhor da situação.

As massas, contudo, pareciam ter uma percepção mais aguçada do que os militantes para as reviravoltas da conjuntura. "Exultantes de alegria" — a crer na caracterização enfática da Foster Dulles — em outubro de 1930, já revelavam dúvidas em novembro. Meses depois, retomariam as greves no nível alcançado pela "parede" dos gráficos paulistas, inscrevendo em suas bandeiras, ao lado do cumprimento das leis trabalhistas, o reconhecimento das comissões de fábrica, coisa que não estava no programa do governo. Uma dessas greves, a dos têxteis de São Paulo, deflagrada em julho de 1931, é particularmente interessante.

Vivia-se o momento em que a pressão das elites paulistanas contra o interventor João Alberto havia chegado a um grau intolerável. "No dia 13" — conta Maria Hermínia —, "o 'tenente' apresentara demissão, enquanto promovia as negociações para sua substituição por Plínio Barreto. A nomeação deste último, porém, era objetada por Miguel Costa e seus seguidores dispostos a influir no processo de escolha do novo interventor e a manter o chefe da coluna invicta no comando da Força Pública. Com esse objetivo, os legionários promoveram várias manifestações públicas no centro da cidade, algumas de cunho violento.

“Neste clima conturbado, no dia 17, depois da realização de comícios no Brás e centro da cidade, as fábricas têxteis começaram a parar. Não por acaso, à testa do movimento encontrava-se a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, cujo presidente, Righetti, era figura ligada às hostes miguelistas.

“Durante a noite, duas empresas — Fábrica de Tecidos Matarazzo e Cotonifício Crespi — foram invadidas por seus empregados que só as abandonaram após intervenção da polícia” (35).

Os grevistas reivindicavam jornada de 8 horas de trabalho e a extinção das cadernetas de trabalho. “A 20 de julho, a parede se estendia e chegava a paralisar a capital. Os operários da Light ameaçavam deixar a cidade às escuras e sem bondes. As manifestações de rua multiplicavam-se misturando membros da Legião Revolucionária (de Miguel Costa) e trabalhadores. Em meio à confusão, o movimento assumia cores de protesto popular contra a nomeação de Plínio Barreto” (36). Diante dos acontecimentos, o jornal **A Platéia** informava que “o povo de São Paulo e o elemento proletário, que nesta hora se insurge contra a indicação do sr. Plínio Barreto à interventoria de nosso estado, o estão fazendo num movimento de civismo e em defesa dos princípios revolucionários (...)” (37).

A essa altura, segundo Maria Hermínia, as reivindicações específicas haviam se ampliado. Lutava-se agora por uma jornada de 8 horas de trabalho, pelo princípio de “um tear para cada tecelão” (os patrões estavam impondo dois teares para cada trabalhador), salário mínimo, indenização para os desempregados e reconhecimento das comissões de empresas.

Afirmo que essa greve é particularmente interessante porque combina objetivos que dizem respeito ao processo de trabalho (um tear para cada tecelão) e ao poder interno das fábricas (comissões de empresas) com reivindicações econômicas (salário mínimo) e relacionadas com o cumprimento da lei de 8 horas, que os patrões insistiam em desrespeitar. Ao lado disso, os trabalhadores tomavam claramente o partido do tenentismo de esquerda. A luta de classes assumia, assim, uma feição mais complexa. Mobilizados contra um processo de trabalho que impunha ritmos alucinantes de produção, os operários procuravam ao mesmo tempo estabelecer uma aliança com o setor mais progressista da revolução de 30 — caracterizado pelo PCB naquele mesmo momento como

um agente do imperialismo — para impedir o retorno dos grupos conservadores ao poder. Revoltados contra a superexploração nas fábricas e inquietos com o rumo das disputas políticas, esses operários lutavam em duas frentes: contra os patrões e pelo controle parcial do processo de trabalho; contra as elites e pela permanência dos tenentes no poder.

Saindo às ruas ao lado dos partidários de Miguel Costa, os grevistas, que chegaram a somar 40.000 pessoas — cifra não desprezível para a época —, pretendiam fazer pender para a esquerda o braço da balança política, àquela altura seriamente inclinado para a direita. Como dissera **O Combate**, eles podiam não ter consciência de classe, mas sabiam muito bem que o antigo comandante da Coluna não era fascista e que o destino da Revolução ainda não fora selado. Mobilizavam-se para defender o que para eles era uma conquista. Mas não se contentavam em assumir uma posição defensiva, em preservar ou fazer cumprir o que já fora obtido formalmente — a lei das 8 horas. Era seu objetivo também ampliar o espaço ocupado, bem como suas alianças no interior da sociedade.

Essa luta não tomou, é certo, uma feição programática nem teórica. Os operários que participaram da mobilização não chegaram a definir verbalmente todos os seus objetivos. Mas mostraram na ação que esse era um dos caminhos possíveis para que se saísse do impasse a que havia chegado o movimento de outubro.

A questão do ritmo do processo tinha aí uma importância decisiva. A burguesia em peso sabia disso. Para ela, era preciso impedir a todo custo que a esquerda do tenentismo avançasse em direção a uma aliança efetiva com as massas populares, era preciso abrir uma válvula de escape, evitar que se processasse nas ruas “as bodas adulterinas da arruaça com o pronunciamento”. De que modo atingir esse objetivo? Esquecendo as antigas rixas entre empresários industriais e fazendeiros do café, deixando de lado velhas polémicas sobre protecionismo, fazendo o que a burguesia brasileira sempre evitara fazer: pegar em armas!

Num país onde as revoluções são escassas, onde as crises políticas são sempre resolvidas mediante acordos entre as elites, no recolhimento claustral dos bastidores, num país onde as lutas de classe dificilmente são levadas à sua “decisão final” e que produziu para seu próprio consumo o princípio de que há sempre um “jeitinho” a ser dado para evitar-se o confronto, verificou-se a insólita ocorrência de uma

guerra civil dois anos depois de um movimento armado que perturbara profundamente a vida nacional. Segundo a ficção depois criada, "São Paulo unido" levantou-se em armas contra a ditadura e pela Constituinte em 1932. "São Paulo" tornou-se, na tradição oficial que perpetua a memória dos constitucionalistas, uma entidade mítica, um sujeito histórico homogêneo, uno e indivisível como a Santíssima Trindade. O obelisco do Ibirapuera, as paradas do Nove de Julho, o MMDC, o Clube Piratininga, a sociedade de veteranos, a família Mesquita, tudo isso evoca diariamente a epopéia dos "paulistas" que lutaram, como um só homem, contra a barbárie da ditadura, pela democracia e pela Constituição.

Já se disse também que, ao erguer-se em armas contra Getúlio, as elites paulistas estavam na verdade arrombando uma porta aberta. Desencadeada em julho, a guerra paulista inscrevera no alto de sua bandeira a reivindicação de uma Assembléia Constituinte. Cinco meses antes, precisamente em fevereiro, Getúlio dera a conhecer o decreto que convocava a Assembléia Constituinte. Mas a imagem da porta aberta apenas descreve a superfície dos acontecimentos. Pois, se a Constituinte já estava convocada, como classificar uma ação que, meses depois, exigia justamente o que já fora concedido?

A explicação para esse aparente paradoxo não pode ser encontrada nem na análise dos interesses econômicos contrariados nem nas suscetibilidades feridas de "São Paulo". Por que — por exemplo — teriam os industriais aderido ao movimento, se eles já começavam a ser os principais beneficiários da política econômica do governo que pretendiam derrubar?

Como toda construção mítica, esta com que se pretendeu legitimar a sublevação das elites paulistas encontra certo apoio na realidade social. Realmente, os empresários industriais deram as mãos aos cafeicultores, o Partido Democrático marchou ao lado do PRP, **O Correio Paulistano** fez causa comum com o **O Estado de S. Paulo**. Mas, apesar do mito, São Paulo não entrou unido na guerra contra Vargas. Nas fábricas, o proletariado não mostrou nenhum entusiasmo pela bandeira listrada. A FIESP, como é sabido, organizou, sob a inspiração de Roberto Simonsen, um plano para a produção de capacetes de aço, armas e munições, adaptando para essa finalidade o parque industrial paulista. Mas era preciso convencer ou obrigar os operários a se incorporarem ao esforço de guerra. Para isso, foi criada uma Milícia Industrial,

que tinha por objetivo impedir sabotagens à produção bélica. Mesmo assim, estas aconteciam, e em proporções alarmantes, conforme testemunhas da época. Às escondidas, os trabalhadores se rebelavam contra esse novo processo de trabalho, introduzindo a luta de classes no âmago da mítica figura de "São Paulo", construída com tanto zelo pelas elites dominantes. São Paulo não estava unido. São Paulo estava irremediavelmente cindido.

Empunhando as armas, a burguesia de São Paulo pretendia, de fato, impedir uma possível radicalização da revolução nos anos instáveis e incertos do imediato pós-30. O fantasma que assombrava suas noites já não era o da ditadura do Governo Provisório — de resto, em vias de extinção com a convocação da Constituinte. Getúlio dera provas suficientes de moderação e bom senso para que fosse visto como um homem perigoso para a paz social. O que agora a aterrorizava era a mobilização do proletariado — em greves como a de julho de 1931 ou a dos têxteis, em maio de 32, que chegou a paralisar mais de 100.000 trabalhadores e foi duramente reprimida pelo governo "civil e paulista" de Pedro de Toledo — e que essa mobilização estimulasse a ação do setor mais avançado do tenentismo, cada vez mais insatisfeito com as indecisões de Vargas. Sozinha e isolada, a classe trabalhadora podia não representar, a seus olhos, um perigo real. Mobilizada e em união com outros grupos "radicais", aí estava a ameaça.

O que a burguesia procurava evitar era o que depois acabou acontecendo — tardiamente e em condições desvantajosas para as classes populares — com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Mas a essa altura Getúlio tinha nas mãos o controle da situação e pôde escolher o momento de desfechar, com a conviência das classes dominantes, o golpe final contra o movimento operário e os últimos tenentes de esquerda. O servilismo com que a burguesia se comportou desde então revelou apenas sua face mais repulsiva, confirmando a hipótese de que ela jamais pegaria em armas por algo tão abstrato quanto a liberdade.

São Paulo, novembro de 1989.

NOTAS

01. Almeida, M. H. Tavares de, **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil**, p. 163.

02. in De Decca, E., 1930 — **O Silêncio dos Vencidos**, p. 202.
03. Dulles, J. F., **Anarquistas e Comunistas no Brasil**, p. 197.
04. Idem, p. 200.
05. Ibidem, p. 200.
06. Pinheiro, P.S. e Hall, M., **A Classe Operária no Brasil**, v. 2, pp. 210 e 211.
07. Dulles, ob. cit., p. 201.
08. in Brandão, O., **Combates e Batalhas**, v. 1, p. 294.
09. Idem, p. 296.
10. Vinhas, Moisés, **O Partidão**, p. 17.
11. in Antunes, R., **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil**, p. 158.
12. Basbaum, Leôncio, **História Sincera da República**, v. 2, pp. 274 e 275.
13. Moraes, Dênis de e Viana, Francisco, **Prestes: Lutas e Autocríticas**, p. 45.
14. in Antunes, ob. cit., p. 157.
15. Moraes e Viana, ob. cit., p. 48.
16. Munakata, K., **A Legislação Trabalhista no Brasil**, pp. 41 e 42.
17. in Carone, E., **A República Velha — Evolução Política**.
18. Dulles, ob. cit., pp. 366 e 367.
19. in Nosso Século, v. 3, p. 14.
21. Brandão, O., ob. cit., p. 392.
22. Dulles, ob. cit., p. 358.
23. Sobrinho, Barbosa Lima, **A Verdade Sobre a Revolução de Outubro**, p. 146.

24. Barata, Agildo, **Vida de um Revolucionário**, p. 119.
25. Idem, p. 120.
26. Ibidem, p. 120.
27. Ibidem, p. 120.
28. De Decca, ob. cit., p. 81.
29. Idem, p. 78.
30. in De Decca, ob. cit., p. 94.
31. De Decca, ob. cit., p. 78.
32. Dulles, ob. cit., p. 366.
33. Almeida, ob. cit., p. 184.
34. in Nosso Século, v. 3, p. 28.
35. Almeida, ob. cit., p. 187.
36. Idem, p. 188.
37. A Platéia, 20.07.1931, in Almeida ob. cit., p. 188.

BIBLIOGRAFIA

01. Almeida, Maria Hermínia Tavares de, **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)**, Tese de Doutorado apresentada ao DCS da FFLCH da USP, 1978.
02. Antunes, Ricardo, **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil**, São Paulo, Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982.
03. Barata, Agildo **Vida de um Revolucionário**, S. Paulo, E. Alfa-Ômega, 1978.
04. Basbaum, Leôncio, **História Sincera da República**, v. 2, S. Paulo. E. Alfa-Ômega, 1976.
05. Blass, Leila M. da S., **Imprimindo a Própria História**, S. Paulo, Edições Loyola, 1986.

06. Brandão, Otávio, **Combates e Batalhas**, S. Paulo, E. Alfa-Ômega, 1970.
07. Carone, Edgard, **A República Velha — Evolução Política**, S. Paulo, Difel, 1974.
08. De Decca, Edgar, 1930 — **O Silêncio dos Vencidos**, S. Paulo, Brasiliense, 1981.
09. Dulles, John Foster, **Anarquistas e Comunistas no Brasil**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
10. Moraes, Dênis e Viana, Francisco, **Prestes: Lutas e Autocríticas**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
11. Munakata, Kazumi, **A Legislação Trabalhista no Brasil**, S. Paulo, Brasiliense, 1981.
12. **Nosso Século**, v. 3 (1930-1945), S. Paulo, E. Abril Cultural, 1980.
13. Pinheiro, P.S. e Hall, M., **A Classe Operária no Brasil**, v. 2, S. Paulo Brasiliense, 1981.
14. Sobrinho, Barbosa Lima, **A Verdade Sobre a Revolução de Outubro**, S. Paulo, E. Alfa-Ômega, 1975.
15. Vinhas, Moisés, **O Partidão**, S. Paulo, E. Hucitec, 1982.